



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sanciona lei que amplia o REIQ

### Governo sanciona ampliação do Reiq e reforça competitividade da indústria química

O governo federal sancionou em 19 de março a lei que amplia os benefícios do Regime Especial da Indústria Química, o Reiq, elevando tanto o volume de recursos destinados ao programa quanto o alcance dos itens elegíveis à redução tributária.

A medida prevê redução superior a 60% nas alíquotas de PIS/Cofins incidentes sobre insumos utilizados pela indústria química, com o objetivo de melhorar a competitividade de um setor que, segundo o MDIC, responde por 11% do PIB industrial brasileiro e gera cerca de 2 milhões de empregos diretos e indiretos.

A sanção foi apresentada pelo governo como uma resposta relevante ao cenário internacional de alta de custos, especialmente de gás natural e matérias-primas, em meio a tensões geopolíticas que afetam a cadeia global de suprimentos.

Para a indústria, o avanço é relevante por reforçar condições mínimas de previsibilidade, produção e investimento em 2026, ao mesmo tempo em que prepara a transição para o novo regime previsto para 2027

Fonte: MDIC / Agência Brasil.

### Selo Verde Brasil avança com norma inédita para polímeros de fonte renovável

A agenda de sustentabilidade industrial ganhou um marco importante em março com o lançamento da primeira norma técnica do Programa Selo Verde Brasil, voltada à certificação de produtos fabricados com matérias-primas renováveis, com foco inicial nos polímeros de eteno de fonte renovável.

Segundo o MDIC, a medida estabelece diretrizes para produção sustentável e funciona como uma “norma-mãe”, criando base conceitual e metodológica para reconhecer produtos com atributos ambientais, sociais e de governança de forma comparável e confiável.

A Abiquim destacou que a iniciativa tem peso estratégico porque o eteno verde é

uma matéria intermediária com ampla aplicação industrial e potencial de disseminação por várias cadeias produtivas, o que reforça o papel da química como elo estruturante da bioeconomia e da transição para uma indústria de menor intensidade carbônica.

Além de orientar o mercado, a norma também tende a fortalecer políticas públicas, compras sustentáveis e acesso a novos mercados, ao oferecer critérios técnicos mais claros sobre o que efetivamente pode ser reconhecido como produto sustentável.

Fonte: Abiquim / MDIC

### Acordo Mercosul-União Europeia avança e amplia perspectiva para o comércio industrial

Outro fato relevante de março foi a promulgação, pelo Congresso Nacional, do decreto legislativo que ratifica o Acordo de Parceria entre o Mercosul e a União Europeia. O texto, promulgado em 17 de março, prevê redução ou eliminação gradual de tarifas de importação e exportação entre os dois blocos e consolida a adesão brasileira ao acordo.

Em nota oficial, o MDIC classificou o movimento como um marco na relação entre as duas regiões, destacando que o acordo cria a maior zona de livre comércio bilateral do mundo, reunindo cerca de 720 milhões de pessoas e mais de US\$ 22 trilhões em PIB.

Para a indústria química, o tema merece atenção especial por seu potencial de ampliar oportunidades de comércio, diversificação de mercados, integração em cadeias internacionais e maior previsibilidade regulatória em fluxos de bens industriais.

O governo também informou que, após a promulgação, o Brasil seguirá os trâmites formais de ratificação junto aos depositários do acordo, e a expectativa oficial é de início de vigência provisória ainda no primeiro semestre de 2026 para as partes que o tiverem ratificado..

Fonte: Senado Federal / Comissão Europeia / Abiquim.

# SIQUIRJ INFORMA

Nº 283

Mar/2026

## Editorial

Em março de 2026, a indústria química voltou a ocupar posição central em debates que afetam diretamente sua competitividade, sua capacidade de adaptação e seu papel estratégico no desenvolvimento nacional. Entre os fatos mais relevantes do mês, destaca-se a ampliação do Reiq, medida que reforça a necessidade de condições mais equilibradas para a produção no país e sinaliza reconhecimento institucional da importância econômica e social do setor químico. Em paralelo, o avanço de pautas como a certificação de produtos sustentáveis, a criação de normas voltadas à reciclabilidade e a estruturação de ações públicas para enfrentamento da poluição por plásticos mostram que a agenda ambiental segue se consolidando como eixo permanente de transformação industrial.

Ao mesmo tempo, o mês também evidenciou que o ambiente de negócios permanece pressionado por fatores externos e internos. A instabilidade geopolítica internacional continua repercutindo sobre energia, fertilizantes, logística e custos produtivos, enquanto o avanço de discussões regulatórias e trabalhistas, como a nova abordagem da NR-1 sobre riscos psicossociais, amplia a necessidade de atenção das empresas à gestão integrada de seus processos, pessoas e passivos. No campo do comércio exterior, movimentos como o avanço do acordo Mercosul-União Europeia, a valorização de certificações de conformidade e a regulamentação de mecanismos de defesa comercial reforçam que competitividade, segurança jurídica e inserção internacional seguem indissociáveis.

Diante desse cenário, o SIQUIRJ acompanha com atenção os desdobramentos que impactam o setor e reafirma seu compromisso de manter seus associados informados sobre temas que influenciam a atividade industrial, a formulação regulatória e o ambiente econômico. Março se encerra deixando claro que a indústria química segue desafiada, mas também cada vez mais chamada a ocupar papel ativo na construção de soluções para produção, inovação, sustentabilidade e desenvolvimento.

### Conflito no Oriente Médio pressiona custos da petroquímica e dos fertilizantes

A escalada das tensões no Oriente Médio seguiu produzindo reflexos sobre a indústria química global ao longo de março, sobretudo pela via indireta do aumento de custos de energia, fertilizantes e logística marítima.

Em análise divulgada no dia 17, a Abiquim informou que acompanha com atenção os efeitos do conflito envolvendo Irã, Estados Unidos e Israel, mas ressaltou que, até o momento, não há evidências de risco de desabastecimento de produtos químicos no Brasil.

A entidade destacou que a indústria química brasileira opera com cerca de 40% de capacidade instalada ociosa, o que permite resposta relativamente rápida a oscilações de mercado. Ainda assim, o quadro internacional pressiona custos relevantes para a cadeia, especialmente porque o Irã produz cerca de 3,5 milhões de barris de petróleo por dia e o Estreito de Ormuz concentra parcela expressiva da oferta global e do comércio marítimo de petróleo.

Nesse contexto, a leitura predominante é de que o problema imediato não é falta de produto, mas sim aumento de volatilidade, encarecimento de insumos estratégicos e deterioração do ambiente de custos para a petroquímica e para segmentos fortemente dependentes de fertilizantes nitrogenados importados.

**Fonte: Abiquim / Reuters / StoneX**

### Setor avança na criação de norma sobre reciclabilidade de embalagens plásticas

A agenda de economia circular também registrou avanço importante em março com a instalação, no âmbito do ABNT/CB-051, da Comissão de Estudo que desenvolverá a futura norma brasileira sobre índices de reciclabilidade de embalagens plásticas.

A primeira reunião do grupo ocorreu em 11 de março, e a iniciativa, segundo a Abiquim, atende a demanda do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, reunindo representantes da indústria, do poder público, de entidades técnicas e da academia em um processo colaborativo de construção normativa.

O objetivo é estabelecer critérios que permitam classificar embalagens conforme seu potencial de reciclagem, considerando aspectos técnicos, econômicos e logísticos, de forma compatível com a realidade brasileira.

Para o setor industrial, a criação de parâmetros claros tende a incentivar inovação em design de embalagens, ampliar o reaproveitamento de materiais, reduzir a destinação de resíduos a aterros e fortalecer a cadeia da reciclagem, incluindo cooperativas e demais agentes envolvidos.

A Abiquim destacou ainda que a normalização técnica é instrumento importante para alinhar sustentabilidade, competitividade e viabilidade industrial, evitando que a agenda ambiental avance apenas em termos conceituais, sem base técnica consistente.

**Fonte: Abiquim**

### Abiquim firma parceria para ampliar certificações OEA no setor químico

Na área de comércio exterior e logística, a Abiquim anunciou em 24 de março uma parceria com a consultoria Philos Global Services para apoiar empresas do setor químico na obtenção da certificação de Operador Econômico Autorizado, o OEA.

O programa, coordenado pela Receita Federal, reconhece empresas com alto nível de conformidade e gestão de riscos, classificando-as como operadores de baixo risco e proporcionando maior agilidade, previsibilidade e facilitação em processos aduaneiros. Segundo a entidade, a parceria busca ampliar o número de empresas químicas certificadas e oferecer suporte técnico especializado ao longo de todas as etapas do processo, o que tende a tornar a certificação mais acessível e estruturada para as companhias interessadas.

A notícia é relevante porque, em cadeias globais cada vez mais complexas e expostas a atrasos, controles adicionais e incertezas logísticas, eficiência aduaneira passou a ser fator competitivo relevante.

A avaliação da Abiquim é que, quanto maior o número de empresas certificadas ao longo da cadeia, mais segura, integrada e competitiva se torna a operação do setor químico brasileiro no comércio internacional.

**Fonte: Abiquim**

### NR-1 avança e reforça atenção das indústrias à gestão de riscos psicossociais

A agenda trabalhista de março trouxe um ponto de atenção relevante para as indústrias com o avanço da aplicação da nova redação da NR-1, norma que trata do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais.

No dia 16 de março, o Ministério do Trabalho e Emprego lançou o Manual de Interpretação e Aplicação do Capítulo 1.5 da NR-1, com orientações técnicas para empregadores, trabalhadores e profissionais de segurança e saúde no trabalho sobre a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos ocupacionais, incluindo os riscos psicossociais relacionados à organização do trabalho e aos impactos sobre a saúde mental dos trabalhadores.

O governo apresentou a publicação como parte de um esforço para fortalecer a cultura de prevenção e ampliar a capacidade das organizações de estruturar ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis.

O tema ganhou ainda mais peso ao fim do mês. Em reunião realizada nos dias 24 e 25 de março, a Comissão Tripartite Paritária Permanente manteve 26 de maio de 2026 como data de entrada em vigor da nova exigência de gerenciamento dos fatores de risco psicossociais, mesmo após pedido de prorrogação por parte da bancada patronal.

Segundo a Fundacentro, a decisão foi acompanhada do reforço à necessidade de melhorar a notificação e o tratamento desses riscos, em um contexto de crescimento de 104,07% nos benefícios previdenciários relacionados a transtornos mentais entre 2019 e 2024.

Para o setor industrial, o movimento

indica que saúde mental, pressão por metas, assédio, sobrecarga e organização do trabalho tendem a ocupar espaço cada vez maior nas rotinas de compliance trabalhista, gestão de pessoas e prevenção de passivos.

**Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / Fundacentro.**

### Governo regulamenta aplicação de salvaguardas em acordos comerciais

O governo federal regulamentou, em 4 de março, os procedimentos para investigação e aplicação de salvaguardas bilaterais previstas em acordos comerciais. Segundo o MDIC, o novo decreto estabelece, pela primeira vez, regras mais claras para que o país possa reagir a aumentos abruptos de importações que causem ou ameacem causar dano grave à produção nacional, inclusive industrial.

Na prática, a medida reforça a previsibilidade e a segurança jurídica da política comercial brasileira, ao permitir mecanismos como suspensão temporária da redução tarifária negociada, restabelecimento de tarifas anteriores ou adoção de cotas tarifárias em situações excepcionais.

Para a indústria, trata-se de um movimento relevante por fortalecer instrumentos de defesa comercial em um cenário de ampliação de acordos e maior exposição à concorrência externa.

**Fonte: MDIC.**

Siquirj

### Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

#### Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar  
Centro - Rio de Janeiro - RJ  
CEP 20030-070  
Tel.: (21) 2220-8424  
E-mail: [siquirj@siquirj.com.br](mailto:siquirj@siquirj.com.br)  
Home page: [www.siquirj.com.br](http://www.siquirj.com.br)

### Diretoria - 2024/2028

#### Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)  
Carlos Roberto da Silva (Vice-presidente)  
Anderson Azevedo Lopes Assumpção (Secretário)  
Alexandre Fagundes de Mattos (Tesoureiro)

#### Suplentes

Maurício Nogueira Moreira  
Sérgio Saccomandi de Souza

#### Conselho Fiscal

#### Efetivos

Jorge Luiz Cruz Monteiro  
Carolina Simões Tavares

#### Suplentes

Roberto Pinho Dias Garcia  
Wagner Ferreira Borges  
Nicolau Pires Lages

#### Delegados Representantes junto à Firjan

#### Efetivos

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira  
Isaac Plachta

#### Suplentes

Carlos Roberto da Silva  
Roberto Pinho Dias Garcia